

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

SCHOOLING INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS: TEACHING PRACTICE CHALLENGES

Iana Thaynara Trindade Oliveira 1
Francisca da Silva Feitosa 2
Janine da Silva Mota 3

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins 1
(Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1967721929240485>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8169-4475>. E-mail: thaynaratrindade@hotmail.com.br

Mestre em Psicologia Educacional pelo Centro Universitário FIEO 2
(UNIFIEO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2482984960661072>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0637-7656>. E-mail: thesca.f@hotmail.com

Mestre em Psicologia Educacional, pelo Centro Universitário FIEO 3
(UNIFIEO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1666181977281542>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4407-7945>. E-mail: janine.smota@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta as principais dificuldades e desafios vivenciados pelos professores do Ensino Fundamental I de uma escola municipal na cidade de Araguatins-To. Buscou-se levantar a percepção dos docentes acerca da inclusão e identificar a atuação dos mesmos com os alunos que possuem deficiência, verificando se na instituição havia a integração ou inclusão dos mesmos. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, por meio de um questionário e uma pesquisa de campo. Como pressuposto teórico a pesquisa teve como autores Mantoan, Januzzi, Silva, Bueno, Saviani, entre outros, assim como documentos que fundamentam a educação inclusiva, como a Constituição Federal e a Declaração de Salamanca. Observou-se que um dos maiores desafios encontrado pelos docentes se refere à formação continuada. E que mesmo diante de vários desafios, os docentes dia a dia buscam dentro de sua realidade promover a inclusão dos alunos buscando subsídios na Sala de Recursos, assim como todos os profissionais e demais alunos tem uma boa receptividade com os alunos deficientes, respeitando suas individualidades.

Palavras-chave: Alunos com deficiência. Educação. Respeito. Dificuldades.

Abstract: The present article presents the main difficulties and challenges lived for elementary school teachers from a municipal School in the city of Araguatins-TO. The goal was to raise the perception of the teacher about the inclusion and identify their performance with the students which have disability, verifying, then, if in the institution there was the integration and inclusion from them. As for the methodologic aspect is about an exploratory and descriptive research, in qualitative and quantitative approach, by means of a survey and field research. For theoretical postulate the research had the authors: Mantoan, Januzzi, Silva, Bueno, Saviani and others, so much documents that justify the inclusive education, as the Federal Constitution and Salamanca Declaration. It has been observed that one of the biggest found challenge for the teacher it was the continuous training. And even before a lot of challenges, the teachers daily look for inside a reality promote the students' inclusion, searching for subsides in the Resource Class. As well as all professionals and other students have a good receptivity with disabled students, respecting their individualities.

Keywords: Disabled Students. Education. Respect. Difficulties.

Introdução

A busca pela garantia do princípio da igualdade e o respeito à diversidade de cada pessoa, independentemente de suas características, são primados maiores de uma sociedade justa, igualitária e respeitosa. E quando o assunto são crianças com deficiência, que no decorrer de anos foram rotuladas, excluídas e até mesmo eliminadas, é urgente promover uma reflexão e discussão sobre a aplicabilidade prática das leis e a promoção de políticas públicas que garantam seus direitos e traduzam esses aparatos legais em situações palpáveis e reais.

Justifica-se o presente estudo por entender a importância do processo de inclusão no cenário atual, dentro de uma realidade que busca constantemente atender as exigências de uma sociedade que espera renovar-se, construindo um mundo de igualdade e equidade. Esse só será alcançado quando todos tiverem condições necessárias para exercer sua plena cidadania.

Por isto, é tão relevante promover no âmbito escolar práticas pedagógicas que possibilitem condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento das potencialidades das crianças com deficiência, de maneira que interajam ativamente no processo de ensino-aprendizagem com outras crianças.

O estudo sobre a inclusão torna-se importante devido à necessidade de se pensar em uma escola que esteja preparada não apenas para aceitar a entrada, mas garantir a permanência do aluno deficiente, usufruindo uma educação que permita o desenvolvimento das suas capacidades. Uma das maiores vantagens da inclusão é possibilitar a interação e troca entre os diferentes, atitude fundamental para o crescimento intelectual e pessoal de ambos.

O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer as principais dificuldades e desafios vivenciados na prática docente no que se refere a inclusão dos alunos com necessidades especiais, observando se existem condições necessárias na prática para a efetivação da inclusão no ambiente escolar.

O interesse em pesquisar os desafios docentes dentro do processo de inclusão surgiu durante a prática pedagógica das autoras em instituições públicas, onde se percebe grandes dificuldades dos docentes em atenderem crianças com deficiências devido a inúmeros fatores que implicam na sua atuação, o que torna impossível atender esse público de forma eficaz.

A pesquisa foi desenvolvida nas dimensões exploratória e descritiva, partindo-se de uma pesquisa bibliográfica tendo como principais autores Mantoan (2011, 2008; 1993), Bueno (1999;1993), Mazzota (1996), Sasaki (1998) e Jannuzzi (2004). E como instrumento de coleta de dados a observação *in loco* e aplicação de questionário composto por perguntas abertas e fechadas, caracterizando a natureza como quali-quantitativa.

Histórico do processo de inclusão

Pensar em inclusão no contexto atual é refletir sobre políticas e práticas diversas no espaço escolar e também fora dele. É oportuno destacar que a temática inclusão vem se intensificando nos últimos anos, há mais de um século emergem inquietações na busca pela promoção de igualdade social e universalização a todas as crianças.

No decorrer dos tempos, evidencia-se que os conceitos e práticas voltadas ao atendimento de pessoas com necessidades especiais têm evoluído. O costume de associar esse público a um ensino separado dos demais vem sendo questionado e debatido.

Há uma crescente constatação de que os alunos com necessidades especiais devem ter acesso à mesma escola e turma que qualquer outro aluno. A luta para que essas crianças pudessem ser inseridas no ambiente escolar junto às demais, ao passar dos tempos se constituiu numa realidade. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 1) ressalta que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

De acordo com registros existentes abordados por Silva (1987), na antiguidade, devido às suas condições, as pessoas deficientes eram marginalizadas, perseguidas e eliminadas do meio social, lhes tirando qualquer chance ou direito de convívio, atitudes vistas como sendo normais pela sociedade. Na Grécia, o destino das pessoas com deficiência, era a morte e o abandono; na Roma, ao pai era dado o direito de eliminar a criança logo após o nascimento. O Renascimento foi o momento que se mudou a perspectiva entorno destas pessoas, onde se deixou a ignorância e rejeição, e começa a se pensar em direitos e deveres aos deficientes.

Conforme discutido por Jannuzzi (2004), no Brasil do século XVII, o atendimento aos deficientes era restrito aos sistemas de abrigos. Bueno (1993) cita que o marco da criação de uma educação voltada a esse público, no país, foi a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant) e do Instituto dos Surdos-mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES), no Rio de Janeiro na década de 50, por iniciativa do governo Imperial. Esse momento representou uma grande conquista ao atendimento dos indivíduos portadores de deficiência, trazendo espaço para a discussão e sensibilização acerca da inclusão.

A educação inclusiva, gradualmente, se expandiu após a proclamação da República. Segundo Saviani (2003), um dos grandes marcos, que inspirou a organização dos sistemas nacionais de ensino no século XIX, foi o princípio de que a Educação é um direito para todos e dever do Estado. Nesse novo cenário, inicia-se uma política de Educação Especial, e é nesse momento que surgem instituições como Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Vários documentos foram criados para sustentar o direito das crianças com necessidades especiais a fim de oportunizar uma vida de respeito e igualdade. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos garantiu a todas as pessoas direito à educação.

Na década de 80 a Educação Especial começa a ganhar caráter de inclusão. O primeiro passo foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, principalmente na rede regular de ensino. Esses direitos são expressos nos Art. 208 – III e 227.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Cabe ressaltar que até a Constituição de 1988, a Educação Inclusiva era restringida a classes especiais, onde a escola tinha como propósito a tentativa de aproximação dos alunos com deficiência aos demais, onde estes estavam presentes na escola, mas não faziam de fato parte da rede regular de ensino.

Na busca por uma premissa ideal no atendimento às crianças com deficiência, o Ministério da Educação do Brasil (MEC), estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, ressaltando dois pontos essenciais no processo da inclusão: a organização dos sistemas de ensino e a formação inicial e continuada do professor.

Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio

ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Por mais que a lei garanta uma educação de qualidade para todos e suporte aos docentes, ainda há um grande déficit no atendimento a estes profissionais. Para que a inclusão aconteça, fazem-se necessárias propostas de atuação docente e estrutura capaz de atender a individualidade e necessidade dessas crianças. Nesse contexto, é fundamental compreender quais indivíduos são considerados alunos com necessidades educacionais especiais. De acordo com as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, considera-se público do atendimento educacional especializado:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2013, p. 302)

Educação Especial e Educação Inclusiva

Educação Especial ou Educação Inclusiva? No senso comum há uma grande confusão quanto a esses conceitos, como se uma excluísse a outra, no entanto, ambas se complementam, pois não é possível que haja uma Educação Especial sem que haja uma Educação Inclusiva.

Sasaki define que:

Educação Inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p.8)

A Educação Inclusiva parte de uma escola que tem como objetivo acolher, promover o desenvolvimento e aprendizagem de todos, ou seja, toda escola deveria ser inclusiva. Quando se fala de educação pública democrática, refere-se a uma escola destinada para todos, buscando romper com a exclusão de qualquer minoria, seja ela de índios, pessoas com deficiência etc. Nesse contexto a escola inclusiva consiste no espaço destinado para o público alvo da Educação Especial, que nessa perspectiva ganha força. As pessoas com necessidades especiais estudavam exclusivamente em escolas especiais e recebiam atendimento da Educação Especial. Hoje, quando se fala da inclusão escolar desse público, a meta é que eles estudem com todos os alunos que não possuem deficiência, no entanto, contando com o apoio da área da Educação Especial, que segundo Mazzota (1996) pode ser definida como:

[..] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. (MAZZOTA, 1996, p. 11)

Diante do exposto, entende-se a Educação Especial como uma área do conhecimento que tem como objetivo avaliar, buscar estratégias e ofertar o atendimento educacional especializado complementar, voltado para os estudantes com deficiência e transtorno global de desenvolvimento; ou suplementar, destinado aos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Contudo, depreende-se que a Educação Especial e a Inclusiva são como metades de um todo que buscam ofertar um sistema educacional que permite ao aluno com necessidades especiais participar plenamente do processo escolar, ao passo que uma não exista sem a outra.

Papel da Escola no Processo de Inclusão

Os caminhos que a escola brasileira percorre a fim de acolher todos os alunos se confrontam com o caráter eminentemente excludente de nosso ensino. O atendimento educacional especializado vem sendo executado de maneira bem distinta nas salas de aula. A primeira delas resulta em uma discriminação, já que promove apenas a integração do aluno, ou seja, apenas a sua permanência na escola, não possibilitando a participação deste no processo de ensino aprendizagem.

A integração faz com que o aluno se adapte ao ambiente escolar para atender as exigências desse, o que não é o ideal, pois cabe à escola preparar-se para receber o aluno. Por outro lado, em poucos casos, há a efetiva inclusão, onde se busca garantir ao educando a plena participação no processo, visando uma transformação da sociedade. As escolas que seguem esta tendência adequam suas práticas pedagógicas e recebem retorno positivo.

A igualdade acontece não apenas quando há o acesso à escola comum, mas quando se assegura a permanência e prosseguimento da escolaridade. O momento atual requer mudança de postura e novas atitudes, não é possível mais fechar os olhos pra essa realidade ou continuar aceitando uma versão equivocada de inclusão. De acordo com a Declaração de Salamanca, para que seja efetivado um contexto inclusivo nas escolas faz-se necessário os sistemas educacionais assumirem que

[...] as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. (UNESCO, 1994, p.4).

Os alunos jamais devem ser desclassificados ou inferiorizados por suas diferenças. As escolas não podem ser um lugar que colaborem com a discriminação, segregação e esquecimento. Sabe-se da necessidade e urgência de se enfrentar os desafios da inclusão, propondo ações pelas quais de fato ela se concretize. Nesse sentido, Mantoan (2008, p. 39) corrobora afirmando que “[...] todo e qualquer aluno merece uma escola capaz de oferecer-lhe condições de aprender, na convivência com as diferenças, e que valoriza o que ele consegue entender do mundo e de si mesmo”.

Desse modo, é preciso que se desvincule o aluno deficiente da rotulação de incapaz, estabelecendo suas dificuldades como algo definitivo, e colocá-lo em uma realidade educativa em que se considerem suas potencialidades e lhe ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades.

Inúmeras propostas educacionais que buscam a inclusão acabam diferenciando os alunos pela deficiência, indo contra os preceitos da Declaração de Salamanca (1994), um dos maiores marcos da inclusão com repercussão mundial, defendendo que todos os alunos devem aprender juntos. Nesse sentido, esse documento trouxe novos olhares para a inclusão, objetivando reduzir

a exclusão e desvalorização atribuídas aos alunos com necessidades especiais, buscando uma sensibilização sobre a precisão e importância das instituições adotarem uma conduta inclusiva que pudesse vir a atender a todos, adequando-se a demanda de cada um.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 1994, p. 5)

O direito à igualdade de oportunidades dentro do âmbito escolar é resultado de uma luta árdua e constante, que perpassa no decorrer dos anos e implica a obrigatoriedade do governo de garantir unidades de ensino para todas as crianças, independentemente de ter ou não alguma deficiência, da mesma forma, é primordial uma atuação docente bem planejada e estruturada, recebendo o apoio necessário para que o direito da criança seja respeitado. A esse respeito, Bueno (1999, p. 09) ressalta que:

Não podemos deixar de considerar que a implementação da educação inclusiva demanda, por um lado, ousadia e coragem, mas, por outro, prudência e sensatez, quer seja na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente) ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial.

Nesse cenário de discussão e afirmação dos direitos das pessoas com deficiências, que promovem acesso igualitário à educação a todos, percebe-se que apenas os documentos não garantem a efetividade da inclusão. A escola para se tornar inclusiva deve se configurar em um espaço democrático reconhecendo e entendendo as diversas necessidades de seus alunos, garantindo não apenas a matrícula, mas o suporte necessário para sua permanência.

Importância da Formação Docente no Processo de Inclusão

A formação inicial docente se dá nos cursos de graduação, que proporciona a apropriação de conhecimentos a serem utilizados na sua prática, sendo a base para que se inicie o exercício da profissão. Assim, faz-se necessário que o profissional busque sempre o aprimoramento através de formações continuadas que lhe possibilitem uma melhor atuação, visto que essas trazem uma grande fonte de conhecimento e trocas de experiências.

Quando se fala em inclusão, a formação docente constitui-se numa ferramenta que possibilita ao professor uma compreensão ampliada das situações que acontecem no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo então novas concepções, novas metodologias e reflexões que serão fundamentais para sua ação pedagógica. Nesse contexto, Mantoan (2011, p. 11) destaca que:

Os professores no geral têm bastante dificuldade de entender os princípios inclusivos aplicados às suas turmas, diante da formação que tiveram como alunos e como profissionais da educação. Não é fácil, depois de toda uma experiência escolar, em que a exclusão é uma das situações mais comumente vividas, fazer essa passagem necessária que nos leva a conceber uma escola de todos, para todos e com todos os alunos.

É imprescindível ao docente usufruir de momentos que seja possível contextualizar conhecimentos, onde ele conheça e entenda algumas situações que futuramente podem fazer parte do seu cotidiano. O total desconhecimento das situações ocasionam grandes dificuldades de atuar com a diversidade existente em sala de aula.

A formação é um compromisso dos sistemas de ensino que se comprometem com a sua qualidade, sendo também um direito docente que deve ser garantido, à medida que é um processo que capacita o professor para elaborar e implantar novas práticas que atendam às necessidades existentes no âmbito escolar, e essa deve ser constante na vida do profissional.

Dificuldades na Implementação da Inclusão na Escola e Principais Desafios

A busca para que todas as crianças tenham acesso à escola comum é uma questão que se faz presente nas discussões atuais. Entretanto, quando se observa a organização desde a estrutura até a pedagógica, e o funcionamento da escola, pensando principalmente no trabalho direcionado ao público da educação especial, é notório que há um paradoxo, uma vez que na sua grande maioria elas não se mostram adequadas.

Os docentes enfrentam uma realidade muito difícil no cenário da inclusão, pois em grande parte do sistema educacional público não há a oferta de subsídios que possibilitem uma atuação que supra a necessidade dos educandos com deficiência.

Para atender a todo esse público, as transformações dentro da escola devem ser como um todo, desde o ambiente escolar até o sistema educacional, assim como ofertar aos professores um amparo dentro da sala de aula para que ele consiga atender a sua demanda.

A heterogeneidade existente entre os educandos a serem atendidos nas salas de aula demanda uma diversidade de materiais disponíveis no sistema de ensino, a fim de auxiliar o docente no atendimento a esse público. Além dos recursos e meios que contribuam com a prática do professor, devem ser repensado e discutido diversos outros fatores que vão desde a sua formação até o quantitativo de alunos em sala de aula.

Inclusão significa acolher todas as pessoas no sistema de ensino, sem exceção. Incluir necessita de capacitação, conhecimento, diálogo e, acima de tudo, amor pelo que faz. Esse processo deve acontecer de forma que todos, escola e família, sejam parceiros em prol de um objetivo. O diálogo entre essas instituições promovem a troca de saberes, diminui o preconceito e traz muitas informações para ambos, assim, o apoio e a parceria da família com a escola são primordiais para efetivar a inclusão.

Por fim, incluir a todos é motivo para que a escola se modernize, os professores se aperfeiçoem, assim como deve haver uma reestruturação de todo o sistema de ensino.

Procedimentos Metodológicos

O problema central do presente estudo foi compreender os desafios vivenciados pelos professores da primeira etapa do ensino fundamental diante a inclusão de alunos com necessidades especiais.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002, p. 41) tem como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias [...]”.

O estudo foi realizado em uma escola da rede municipal, localizada no município de Araguatins - TO. Participaram os professores do Ensino Fundamental I, do turno vespertino da referida escola, totalizando 15 profissionais.

Como instrumentos para obtenção dos dados foram aplicados questionários compostos de quatro perguntas abertas e sete fechadas, caracterizando esta como quali-quantitativa, visto que a integração entre os métodos possibilita a melhor compreensão e explicação do fato estudado, alcançando pontos que um único método não alcançaria. Antes da aplicação dos questionários os professores, objeto do estudo, foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e seus benefícios, bem como da livre escolha em participar da pesquisa.

Os dados foram coletados e tabulados através da Internet com a utilização

da ferramenta *Google Forms*, onde foi cadastrado o questionário e posteriormente disponibilizado o *link* do mesmo através da mídia social *WhastApp*. A ferramenta proporciona vantagens também quanto à geração dos gráficos, facilitando a análise dos dados.

Resultados e Discussões

A escola, campo da pesquisa, trabalha com o ensino Fundamental de 9 anos (com exclusividade para as séries iniciais) nos períodos matutino e vespertino, e Educação de Jovens e Adultos – EJA, no período noturno, atendendo um total de 958 alunos distribuídos em 33 turmas das quais 25 são do Ensino Fundamental I e 8 são da EJA. É importante destacar que existe na escola uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE e uma sala de orientação educacional.

Os questionários foram enviados a quinze professores do Ensino Fundamental I do turno vespertino, sendo todos respondidos. Os respondentes foram identificados através da letra “P” seguido do número que corresponde a ordem de recebimento das respostas.

Frente à temática da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, muito discutida nos dias atuais, buscou-se conhecer a percepção dos professores sobre a mesma. Nesse sentido foi perguntado aos professores: - Qual a sua concepção sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais? Obtiveram-se as seguintes respostas.

Quadro 1 – Concepção dos professores sobre a inclusão escolar

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	“Que é de sua importância para a escola e alunos com necessidades especiais.”
P2	“A Inclusão Escolar veio para dar oportunidade de estudo para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, classe social [...]”
P3	“É muita tanto para unidade escolar como para o próprio aluno.”
P4	“A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, é o acolhimento de todos sem exceção! É a aceitação das diferenças individuais.”
P5	“Incluir os alunos com necessidades especiais para que ele se sinta igual aos demais e garantir o atendimento específico de acordo com o seu grau de dificuldade para que haja desenvolvimento.”
P6	“Uma boa iniciativa, só esqueceram de capacitar os profissionais da educação.”
P7	“Que todos tenha oportunidade ao conhecimento.”
P8	“É necessário que a inclusão ocorra, pois consiste em adequar os sistemas sociais de modo geral, onde passa a criar oportunidades continua com estratégia específicas de ensino[.]”
P9	“É muito importante, pois existem muitos portadores de necessidades especiais com capacidades de atuarem no mercado de trabalho, o qual exige uma formação dos mesmos.”
P10	“Acho importante, que ele seja recebido na unidade escolar como os demais.”
P11	“Dar oportunidades de interação de conhecimento, ambas partes. Porque o aluno com necessidades especiais também tem algo novo pra interagir, tanto com os demais alunado como com toda equipe escolar envolvida. [...]”
P12	“Ela é importante, pois faz com ela se interagem com outras crianças consideradas normais, é as mesmas tem a oportunidade de desenvolver seu potencial.”
P13	“Concordo que eles devem ser incluídos mas, temos que ter formação e pessoas para atuar na necessidade específica em sala.”
P14	“É de grande importância para este indivíduo que necessita pertencer os grupos sociais e a conviver com as suas limitações.”

P15	“[...]o aluno portador de necessidades deve está não só em sala de aula juntamente com os demais, Mas, que a escola deva ter aparatos suficientes para que o mesmo seja atendido com equidade.”
-----	---

Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

A pesquisa demonstrou que na concepção de todos os professores participantes, a inclusão de alunos com necessidades especiais é considerada importante por promover a interação entre as diferenças, e que dependendo da sua limitação e formação recebida na escola eles podem até mesmo atuar no mercado de trabalho como cita a P9. Cabe destacar que alguns profissionais como a P5, P8, P9, P12 e P15 além de considerarem importante a inclusão na escola, enfatizam que é necessário oferecer condições para que os mesmos possam participar do processo de aprendizagem, de maneira igualitária.

Como citado por Mantoan (1993) a inclusão significa muito mais do que “estar com o outro”, mas “estar junto com outro”, oferecendo condições necessárias para o educando deficiente se interagir e participar do processo de aprendizagem tendo suas singularidades respeitadas. A educação inclusiva deve envolver a escola como um todo, uma vez que a educação é um processo que se faz com a participação de toda a comunidade escolar.

Buscando compreender se havia a integração ou inclusão dos alunos com necessidades especiais, foi feita a seguinte pergunta: - Você tem algum aluno que apresenta deficiência? Se sim, como acontece o acolhimento desse(s)aluno(s)?

Considerando a amostragem de quinze docentes, seis deles responderam que não tem alunos com deficiência, dois não estão na regência no ano atual, no entanto, relataram já ter trabalhado e que tiveram dificuldades, sete trabalham com alunos deficientes e apenas seis apresentaram como acontece o acolhimento, exposto abaixo.

Quadro 2 – Acolhimento dos alunos com necessidades especiais

PROFESSOR	RESPOSTA
P8	“Sim, de maneira muito especial e carinhosa.”
P10	“Sim. De modo geral segue se normalmente a rotina da aula, mas na hora das atividades pra ele é diferenciada de acordo as suas necessidades de aprendizagem e também recebe um acompanhamento na sala de recurso.”
P11	“Sim. Ele São atendidos na sala multifuncional e eu aplico as atividades normalmente pra eles.”
P13	“Sim. O acolhimento é igual aos normais, com atenção as suas necessidades .”
P14	“Sim. Os alunos sempre bem acolhedores. Ajudam a caminhar pela escola, pegar a merenda, faz leitura pois o mesmo não enxerga.”
P15	“Sim. Sempre que não consigo uma comunicação satisfatória, recorro a sala de recursos com o mesmo.”

Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

Analisando as respostas e ao que foi observado na escola, os professores acolhem os alunos com necessidades especiais de maneira carinhosa, assim como faz com os demais, e sempre que necessário buscam subsídios na Sala de Recursos disponível na instituição, visando melhor atendê-los e melhorar a comunicação com os mesmos. Percebeu-se também uma boa receptividade por parte dos colegas e demais profissionais da escola respeitando as individualidades, havendo uma maior interação entre todos, promovendo assim, dentro das possibilidades a inclusão dos alunos com deficiência.

Percebe-se então, como na interpretação de Mantoan (2008), que muito mais que a inserção do aluno deficiente na escola, inclusão significa uma educação de qualidade, e que a mesma para acontecer depende da capacidade de lidar com a diversidade e as diferenças.

Os profissionais foram indagados se a presença dos alunos deficientes dificulta os trabalhos de aprendizagem na sala de aula, onde nove deles responderam que não; e seis afirmaram que sim.

Dos respondentes, nove descreveram suas justificativas, sendo elas apresentadas a seguir.

Quadro 3 - A presença de alunos deficientes dificulta os trabalhos de aprendizagem na sala de aula

PROFESSOR	RESPOSTA
P3	“Na minha opinião NÃO, porque tudo depende da metodologia do educador em sua sala de aula.”
P4	“Não, requer mais atenção e dinamismo em sala para desenvolver as atividades propostas.”
P5	“Não, porque usamos uma metodologia adequada a eles.”
P8	“Não necessariamente, mais causa uma certa frustração, por parte do professor.”
P9	“Às vezes sim. Pois não tenho uma formação específica para trabalhar na área.”
P11	“Sim. Principalmente quando não temos acompanhamento da família. Pela Escola em si não temos um apoio suficiente.”
P13	“Não. Mas requer uma atenção especial e diferenciada para o aluno não se sentir excluído.”
P14	“Com certeza. Por falta de recursos e de preparação profissional, para atender a grande complexidade do ensinar. E podemos contar ainda com salas lotadas.”
P15	“Não, porque o tratamento a ele é sempre diferenciado, mas, temos alguns suportes na colaboração do mesmo.”

Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

Percebe-se uma discordância nas respostas obtidas, enquanto a maioria dos professores, mesmo com todas as adversidades enfrentadas, acredita que a presença de alunos especiais em sala de aula não dificulta seu trabalho, outros consideram que há dificuldade, atribuindo principalmente à falta de capacitação e apoio pedagógico e familiar.

Para conhecer os principais problemas encontrados pelos docentes, quanto ao atendimento dos educandos com necessidades especiais, apresentaram-se algumas opções:

Gráfico 1: Dificuldades dos professores quanto a prática docente com alunos com necessidades especiais



Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

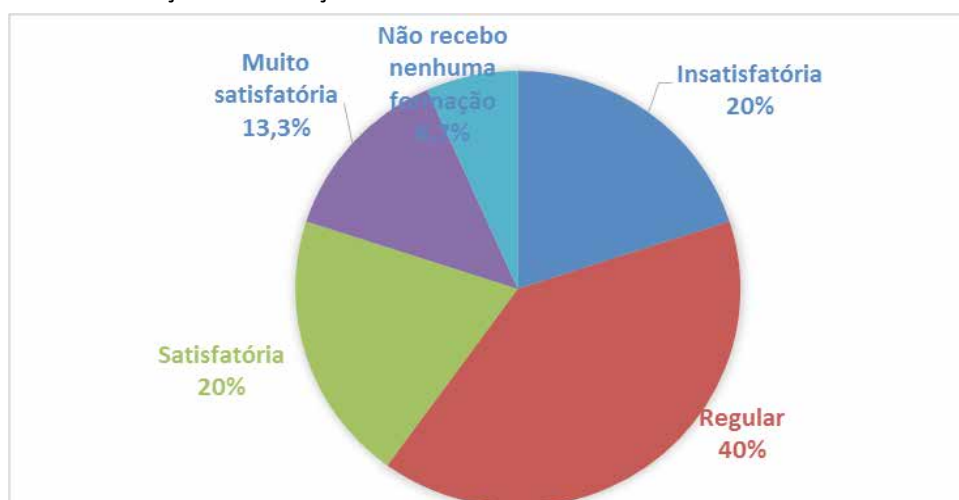
Analisando as respostas apresentadas, destacou-se novamente com 86,7% a falta de formação continuada específica, apontada como a maior dificuldade. Para que haja qualidade no ensino, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas educacionais, garantindo ao docente habilidade para desenvolver práticas que atendam àquele perfil de aluno.

Em segundo lugar, com 66,7%, são apontadas a falta de materiais didáticos específicos e a falta de acompanhamento da família. Em seguida, com 60% vêm as salas de aula superlotadas, fator que segundo Oliveira (2004) é um grande prejuízo para a qualidade do atendimento educacional.

Dos participantes da pesquisa, 40% indicaram a falta de profissional de apoio na sala como uma das dificuldades, onde se percebe a não aplicação da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que diz que a rede de educação deverá sempre disponibilizar suporte e serviços de apoio especializado para os educandos que sofrem de alguma deficiência. Em último lugar, com 33,3%, é considerada a estrutura física inadequada. A soma dos resultados ultrapassa os 100% pelo fato dos respondentes poderem optar por mais de uma resposta.

Para verificar se há formação continuada e conhecer o grau de satisfação dos docentes sobre as formações recebidas no sentido de atender suas expectativas. Obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 2: Avaliação das formações ofertadas



Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

Em relação às formações ofertadas, 60% dos profissionais participantes da pesquisa as consideram negativas. Quando elas são adequadas contribuem para uma atuação docente que possibilite o progresso dos seus alunos e permitem a troca de experiências, angústias e expectativas mediante as diversas situações.

Nesse sentido Nóvoa (1992, p.25) aponta que a formação deve fornecer aos professores:

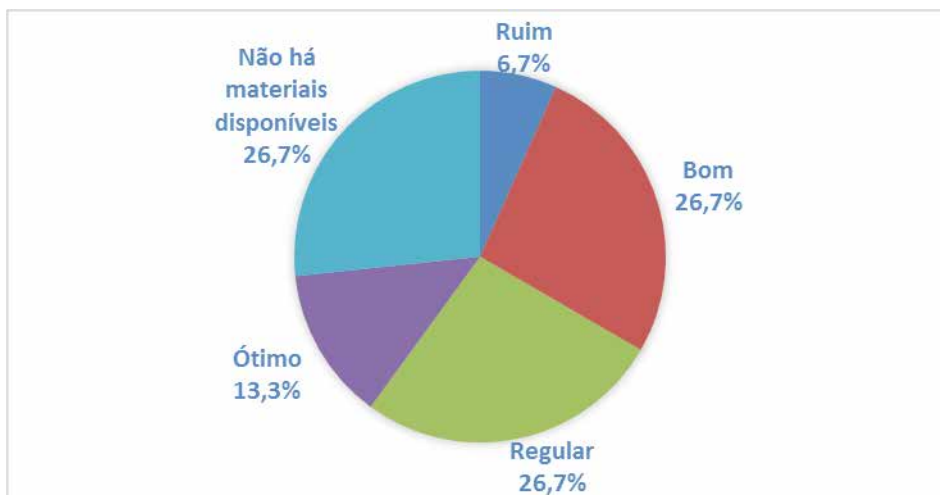
[..] os meios de um pensamento autônomo e que facilita as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Somados, 33,3% afirmaram que as formações ofertadas são satisfatórias e 6,7% disseram não ter recebido nenhuma formação.

Contudo, entende-se que se ao somarmos os percentuais positivos e negativos, é possível identificar que a escola oferece formação continuada, mesmo que alguns professores ainda destacam a falta de formação como fator que dificulta o trabalho com alunos especiais.

Quanto à disponibilidade de materiais didáticos destinados ao trabalho com os alunos com necessidades especiais, foi questionado como os professores avaliam os mesmos, sendo expostos os resultados abaixo.

Gráfico 3: Avaliação dos materiais didáticos disponíveis



Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

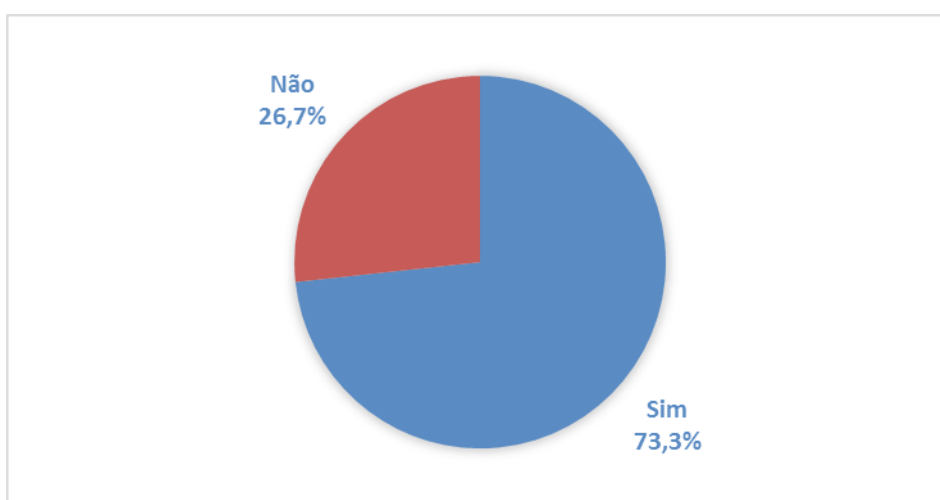
Nota-se uma grande variedade nas respostas, visto que 26,7% apontam que não há materiais disponíveis, enquanto 73,3% afirmam ter materiais, mesmo que 33,3% classificam os mesmos como ruim e regular, não atendendo suas necessidades. O percentual dos professores que considera os materiais de bom a ótimo é de 40%.

Percebe-se falta de informação entre os docentes, pois, mediante observação notou-se que há a disponibilidade de alguns materiais, principalmente na Sala de Recursos. No entanto, não são muito utilizados pelos professores regentes de turma, devido, sobretudo, à dificuldade de manuseio e o tempo na sala de aula por causa da demanda de alunos.

Todavia, faz-se necessário ressaltar a importância dos recursos didáticos na facilitação da aprendizagem do aluno com deficiência, como corrobora Cerqueira e Ferreira (2000, p. 1) dizendo que “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes”.

Questionados quanto à efetividade da inclusão no ambiente escolar, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 4: Efetivação da inclusão escolar



Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

Quanto à efetivação da inclusão na escola na visão dos docentes participantes da pesquisa, as respostas positivas foram representadas por 73,3%, enquanto para respostas negativas atingiu um percentual de 26,7%. Além das respostas positivas e negativas, os professores ainda apontaram

o que poderia ser feito para que melhorar o processo de inclusão. Percebe-se que as respostas voltam-se para o fornecimento de formação específica para o docente.

Quadro 4 – O que pode ser melhorado no processo de inclusão

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	“Capacitação para os professores regentes de sala de aula. Não somente para um profissional da unidade escolar.”
P3	“Precisa de mais capacitações para todos os professores regentes.”
P5	“Formação continuada para apoio aos professores [..].”
P10	“Formação continuada direcionada aos alunos com inclusão.”

Fonte: Pesquisa Unitins (2018).

Levando em consideração as respostas, para que de fato haja um resultado satisfatório no processo de inclusão, faz-se necessário uma adequação nas formações ofertadas, nas práticas pedagógicas de modo que atenda as diversidades dos aprendizes, sendo preciso investir em um espaço de escuta e troca de sentimentos e experiências dos profissionais que lutam a cada dia para quebrar as barreiras na promoção de um ensino de qualidade aos seus alunos.

Considerações Finais

A temática deste estudo expressa um grande desafio para a escola e seus educadores. Promover a inclusão é possibilitar a interação do aluno deficiente com a escola e com alunos que não possuem deficiência, sendo necessária para isso promoção de mudanças no cenário escolar. A instituição deve estar apta para receber todos os alunos e oferecer-lhes uma educação de qualidade, direito garantido por lei.

Incluir significa muito mais do que o aluno está apenas presente na sala de aula, mas possibilitar a aprendizagem de todos com diferentes possibilidades, formas e ritmos.

Mesmo com grandes avanços já alcançados, ainda são inúmeros os desafios que a inclusão escolar de alunos com deficiência enfrenta, principalmente para os professores que recebem esses alunos em sala de aula, pois precisam desenvolver um trabalho que promova o aprendizado dessas crianças. Esse processo é marcado pelo enfrentamento dos professores às mais diversas situações e barreiras, para que seja garantido não só o acesso, mas também a permanência na escola.

A questão central do estudo foi conhecer as principais dificuldades e desafios encontrados pelos professores no processo de inclusão dos educandos com deficiência. Assim, constatou-se que todos os professores consideram a inclusão essencialmente importante, mostrando-se abertos a receber a todos, no entanto, muito mais que a vontade de promover a inclusão faz-se urgente que esses profissionais possuam subsídios que os auxiliem no processo.

A garantia de uma formação docente de qualidade é uma imprescindibilidade que se apresenta a todo professor, para que haja uma efetiva atuação, e a falta dessa formação é apontada como o maior desafio enfrentado pelos participantes da pesquisa. Torna-se imperioso também que se disponha de materiais didáticos específicos, acompanhamento familiar, redução de números de alunos por turma, apoio especializado e uma estrutura física adequada.

Entende-se a pertinência deste estudo por se tratar de um assunto que busca cada vez mais a construção de um mundo de igualdade e equidade, sendo também um tema amplo e abrangente possibilitando estudos e interpretações diversos.

O presente estudo serve de subsídios para outros profissionais ou interessados no que se refere ao processo de inclusão na escola por possibilitar a compreensão das dificuldades que os docentes encontram ao atenderem crianças com deficiência, servindo de base para traçar novos caminhos em prol da efetivação da inclusão em sala de aula e no ambiente escolar.

Certamente, já houve grandes progressos no processo de inclusão, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para que de fato as lacunas existentes sejam preenchidas e uma educação de qualidade seja ofertada a todos.

Referências

BRASIL. Constituição 1888. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 set. 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

_____. BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. nº5, 1999.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; FERREIRA, Elide de Melo Borba. **Os recursos didáticos na educação especial**. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant. Disponível em: < http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2000/edicao-15-abril/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2000_ARTIGO3.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2008.

_____. **Integração x Inclusão: escola (de qualidade) para todos**. Campinas, SP: LEPED/UNICAMP, 1993.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação & Sociedade, v. 25, 2004.

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico – Crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. Campinas. Autores Associados, 2003.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na história do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo-SP: CEDAS – 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 07 set. 2018.

Recebido em 21 de outubro de 2019.

Aceito em 23 de março de 2020.